

Relatório Anual 2016

**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de
Associados da Zona Sul - Sicredi Zona Sul RS**

**Diretoria Executiva de Administração e Finanças
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria**



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Zona Sul - Sicredi Zona Sul RS
Pelotas - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Zona Sul - Sicredi Zona Sul RS ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Zona Sul - Sicredi Zona Sul RS em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2015

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores que emitiram relatório datado de 1 de março de 2016, que não continha qualquer modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 02 de março de 2017

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 28P015199/F-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Zona Sul - Sicredi Zona Sul RS relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Zona Sul - Sicredi Zona Sul RS
CNPJ/MF nº 90.497.256/0001-49

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)	PASSIVO	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE	559.858	476.113	CIRCULANTE	240.571	216.004
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	6.709	7.118	DEPÓSITOS	(NOTA 12)
				Depósitos à Vista	87.291
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	(NOTA 06)	30.486	34.386	Depósitos a Prazo	61.603
Cartera Própria		30.486	34.386		58.688
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		255.463	181.428	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	120.918
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		-	11	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	105.777
Correspondentes no país		295	532	Repasses Interfinanceiros	1
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	255.168	180.885	(NOTA 13)	378
OPERações DE CRÉDITO	(NOTA 07)	252.341	240.113	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	2.109
Operações de Crédito		268.931	256.128	Recursos em Trânsito de Terceiros	2.086
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(16.590)	(16.015)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	5.823
OUTROS CRÉDITOS		14.407	12.089	(NOTA 14)	6.737
Créditos por Avisos e Fianças Honrados		1.037	262	Empréstimos País - Outras Instituições	5.823
Rendas a Receber		1.432	1.846		6.737
Diversos	(NOTA 08)	12.983	10.346	OUTRAS OBRIGAÇÕES	24.430
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(1.045)	(365)	Cobrança e Arrecadação de Tributos	18.773
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 09)	452	979	Sociais e Estatutárias	88
Outros Valores e Bens		438	971	Fiscais e Previdenciárias	42
(Provisão para desvalorização)		-	(14)	Diversas	2.753
Despesas Antecipadas		14	22	(NOTA 15)	2.385
NÃO CIRCULANTE		93.711	91.205		1.297
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		60.151	60.300		1.067
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	1.971	103	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	20.292
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		1.971	103		15.279
OPERações DE CRÉDITO	(NOTA 07)	58.179	60.117	DEPÓSITOS	(NOTA 12)
Operações de Crédito		65.065	66.097	Depósitos a Prazo	275.072
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(6.886)	(5.980)		240.407
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 08)	1	80	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 13)
Diversos		1	80	Repasses Interfinanceiros	12.543
PERMANENTE		33.560	30.905		6.471
INVESTIMENTOS	(NOTA 10)	16.479	14.567	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	125.383
Outros Investimentos		16.479	14.567	CAPITAL SOCIAL	104.436
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 11)	12.999	12.826	(NOTA 17)	79.244
Imóveis de Uso		7.843	7.843	De Domiciliados no País	69.112
Outras Imobilizações de Uso		12.093	11.239	(Capital a Realizar)	79.276
(Depreciação acumulada)		(6.937)	(6.256)		69.152
INTANGÍVEL	(NOTA 11)	4.082	3.512	RESERVAS DE SOBRAS	(32)
Outros Ativos Intangíveis		7.100	5.908		(40)
(Amortização acumulada)		(3.018)	(2.396)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	7.458
TOTAL DO ATIVO		653.569	567.318	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	653.569
					567.318

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Zona Sul - Sicredi Zona Sul RS
CNPJ/MF nº 90.497.256/0001-49

Descrição das contas	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)			01/01/2016 a 31/12/2016			01/01/2015 a 31/12/2015 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	44.120	-	44.120	88.232	-	88.232	77.062	-	77.062
Operações de Crédito	40.920	-	40.920	81.588	-	81.588	71.202	-	71.202
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	3.192	-	3.192	6.630	-	6.630	5.859	-	5.859
Resultado das Aplicações Compulsórias	8	-	8	14	-	14	1	-	1
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(33.232)	(403)	(33.635)	(63.861)	(661)	(64.522)	(54.122)	(488)	(54.610)
Operações de Captação no Mercado	(18.846)	(23)	(18.869)	(35.504)	(37)	(35.541)	(28.133)	(35)	(28.168)
Operações de Empréstimos e Repasses	(4.221)	(380)	(4.601)	(8.710)	(624)	(9.334)	(6.320)	(453)	(6.773)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(10.165)	-	(10.165)	(19.647)	-	(19.647)	(19.669)	-	(19.669)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	10.888	(403)	10.485	24.371	(661)	23.710	22.940	(488)	22.452
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/Dispêndios e Despesas Operacionais	(1.495)	3.232	1.737	(5.041)	6.043	1.002	(8.890)	5.949	(2.941)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	2.890	5.560	8.450	5.735	10.004	15.739	6.060	5.825	11.885
Rendas de Tarifas Bancárias	4.175	-	4.175	7.868	-	7.868	4.531	-	4.531
Dispêndios e Despesas Pessoal	(12.929)	(1.171)	(14.100)	(23.994)	(1.778)	(25.772)	(20.159)	(1.418)	(21.577)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(8.423)	(1.092)	(9.515)	(16.161)	(1.860)	(18.021)	(14.151)	(1.624)	(15.775)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(24)	(256)	(280)	(85)	(464)	(549)	(273)	(288)	(561)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	23.580	624	24.204	39.190	850	40.040	26.995	4.082	31.077
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(10.764)	(433)	(11.197)	(17.594)	(709)	(18.303)	(11.893)	(628)	(12.521)
RESULTADO OPERACIONAL	9.393	2.829	12.222	19.330	5.382	24.712	14.050	5.461	19.511
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	44	2	46	(59)	1	(58)	(305)	(4)	(309)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	9.437	2.831	12.268	19.271	5.383	24.654	13.745	5.457	19.202
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	712	712	-	-	-	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	416	416	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	296	296	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	9.437	3.543	12.980	19.271	5.383	24.654	13.745	5.457	19.202
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	5.383	(5.383)	-	5.457	(5.457)	-
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	9.437	3.543	12.980	24.654	-	24.654	19.202	-	19.202
DESTINAÇÕES	-	-	-	(17.196)	-	(17.196)	(13.336)	-	(13.336)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(7.227)	-	(7.227)	(6.197)	-	(6.197)
Fates - Estatutário	-	-	-	(746)	-	(746)	(587)	-	(587)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(6.712)	-	(6.712)	(5.280)	-	(5.280)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(2.511)	-	(2.511)	(1.272)	-	(1.272)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	7.458	-	7.458	5.866	-	5.866

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Zona Sul - Sicredi Zona Sul RS
CNPJ/MF nº 90.497.256/0001-49

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2015	57.514	22.906	5.925	86.345
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	5.913	-	(5.913)	-
Outras destinações	-	-	(12)	(12)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.738	-	-	2.738
Baixas de capital	(3.105)	-	-	(3.105)
Resultado do período	-	-	19.202	19.202
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(587)	(587)
Reserva Legal - Estatutária	-	5.280	(5.280)	-
Juros sobre o Capital Próprio	6.052	-	(6.197)	(145)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.272	(1.272)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	69.112	29.458	5.866	104.436
Mutações do Período	11.598	6.552	(59)	18.091
Saldos no início do período em 01/01/2016	69.112	29.458	5.866	104.436
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	5.673	-	(5.673)	-
Outras destinações	-	-	(193)	(193)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.953	-	-	1.953
Baixas de capital	(4.551)	-	-	(4.551)
Resultado do período	-	-	24.654	24.654
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(746)	(746)
Reserva Legal - Estatutária	-	6.712	(6.712)	-
Juros sobre o Capital Próprio	7.057	-	(7.227)	(170)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.511	(2.511)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	79.244	38.681	7.458	125.383
Mutações do Período	10.132	9.223	1.592	20.947
Saldos no início do período em 01/07/2016 (Não Auditado)	73.884	29.458	11.674	115.016
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.103	-	-	1.103
Baixas de capital	(2.798)	-	-	(2.798)
Resultado do período	-	-	12.980	12.980
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(746)	(746)
Reserva Legal - Estatutária	-	6.712	(6.712)	-
Juros sobre o Capital Próprio	7.057	-	(7.227)	(170)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.511	(2.511)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	79.244	38.681	7.458	125.383
Mutações do Período	5.361	9.223	(4.216)	10.368

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Zona Sul - Sicredi Zona Sul RS
CNPJ/MF nº 90.497.256/0001-49

	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015 (Reclassificado)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	12.346	28.306	25.260
Resultado do semestre/exercício	12.980	24.654	19.202
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	(634)	3.652	6.058
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(1.584)	1.480	5.294
(Reversão) para desvalorização de outros valores e bens	(14)	(14)	(30)
Provisão para desvalorização de outros créditos	700	681	226
Depreciação do imobilizado de uso	550	1.090	949
Amortização do intangível	339	623	529
Baixas do ativo permanente	65	71	58
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	412	330	(105)
Destinações ao FATES	(746)	(746)	(587)
Dividendos SicrediPar	(356)	137	(276)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(16.379)	52.970	40.810
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(716)	(1.867)	(103)
Redução em títulos e valores mobiliários	17.287	3.900	2.437
Redução em relações interfinanceiras ativas	4.591	11	644
Redução em créditos vinculados	1.176	-	-
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	34	238	(86)
(Aumento) em operações de crédito	(32.578)	(11.771)	(24.823)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	25.411	21.215	11.615
(Aumento) em outros créditos	(1.192)	(3.058)	(3.211)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	372	542	(770)
Aumento (Redução) em depósitos	(35.108)	39.325	51.863
Aumento em relações interdependências passivas	794	22	472
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(1.385)	(914)	659
Absorção de dispêndios pelo FATES	(362)	(587)	(873)
Aumento em outras obrigações	5.297	5.914	2.986
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(4.033)	81.276	66.070
Aquisição de Investimentos	-	(1.913)	(25)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(543)	(1.336)	(9.042)
Aplicações no Intangível	(230)	(1.192)	(1.580)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido (Aplicado)	(773)	(4.441)	(10.647)
Integralização de capital	1.103	1.953	2.738
Baixa de capital	(2.798)	(4.551)	(3.105)
Juros ao capital próprio	(170)	(170)	(145)
Distribuição de Sobras	-	(193)	(12)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido (Aplicado)	(1.865)	(2.961)	(524)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(6.671)	73.874	54.899
Caixa e equivalente de caixa no início do período	268.548	188.003	133.104
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	261.877	261.877	188.003

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Zona Sul - Sicredi Zona Sul RS ("Cooperativa"), é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 08/04/1985 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
 - ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
 - iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.
- A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2016, está organizado por 118 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.523 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

As informações apresentadas em 2015 na Nota 10, referentes aos valores do Lucro Líquido do Exercício e Patrimônio Líquido da Sicredi Participações S.A., bem como o valor de Lucro Líquido do Exercício da Sicredi Fundos Garantidores, foram reapresentados devido as alterações sofridas após a publicação das Demonstrações Financeiras da Cooperativa.

Visando permitir a adequada análise da posição patrimonial e financeira da Cooperativa, a partir deste exercício, serão apresentados no Balanço Patrimonial e na nota explicativa de Outros Créditos Diversos rubrica de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, os valores referentes aos projetos de investimento em tecnologia segregados em circulante e realizável a longo prazo, assim como a apresentação retrospectiva dos valores. A segregação foi efetuada com base no prazo de encerramento dos projetos em andamento. Com isso certos valores das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 estão sendo reapresentados.

Além dos valores acima, foram reapresentados para melhor compreensão e para fins de comparação da Demonstração de Sobras ou Perdas de 2015 e 2016, os valores referentes as rendas de tarifas bancárias, bem como a alocação das aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários no grupo de Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa, conforme demonstrados no quadro abaixo:

	2015 Original	Valor ajustado em 2015	2015 Reapresentado
BALANÇO PATRIMONIAL			
Ativo circulante	476.192	(79)	476.113
OUTROS CRÉDITOS	12.168	(79)	12.089
Diversos	10.425	(79)	10.346
Ativo Não circulante	91.126	79	91.205
OUTROS CRÉDITOS	1	79	80
Diversos	1	79	80
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/Dispêndios e Despesas Operacionais	(2.941)	-	(2.941)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	12.149	(264)	11.885
Rendas de Tarifas Bancárias	4.267	264	4.531
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	38.476	2.334	40.810
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	63.736	2.334	66.070
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(8.313)	(2.334)	(10.647)

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSL limitados a 30% do lucro tributável.

p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2016	2015
Disponibilidades	6.709	7.118
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	255.168	180.885
Total	261.877	188.003

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média equivale a 99,60 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2016	2015
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.971	103
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	1.971	103
Total realizável a longo prazo	1.971	103

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2016	2015
Cotas de Fundos de Renda Fixa	30.486	34.386
Total circulante	30.486	34.386

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	126.958	39.873	166.831	170.522
Financiamentos	15.411	11.398	26.809	32.735
Financiamentos rurais e agroindustriais	126.562	13.794	140.356	118.968
Carteira total	268.931	65.065	333.996	322.225

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	1.037	-	1.037	262
Títulos e créditos a receber (i)	7.757	1	7.758	5.603
Total	8.794	1	8.795	5.865

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2016	2015	2016	2015
Nível A	0,50	139.680	174.548	698	873
Nível B	1,00	118.502	67.993	1.185	680
Nível C	3,00	39.464	43.099	1.185	1.293
Nível D	10,00	18.171	13.935	1.817	1.393
Nível E	30,00	5.571	7.766	1.672	2.330
Nível F	50,00	4.658	7.763	2.329	3.882
Nível G	70,00	3.699	3.843	2.589	2.690
Nível H	100,00	13.046	9.143	13.046	9.143
Total (i)		342.791	328.090	24.521	22.284

Em 31 de dezembro de 2016 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 0 (2015 - R\$ 76).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2016			2015
		A vencer			Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Pessoas Físicas	5.126	24.788	38.091	25.227	93.232
Rural	630	16.145	109.787	13.794	140.356
Industrial	1.653	899	2.752	378	5.682
Comércio	1.230	16.368	20.946	13.130	51.674
Outros Serviços	3.370	20.493	15.447	12.537	51.847
Total	12.009	78.693	187.023	65.066	342.791
					328.090

d) Concentração das operações de crédito

	2016	%	2015	%
10 maiores devedores	47.826	13,95	36.716	11,19
50 devedores seguintes	57.292	16,71	44.923	13,69
100 devedores seguintes	51.962	15,16	43.070	13,13
Demais	185.711	54,18	203.381	61,99
Total	342.791	100	328.090	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2016	2015
Saldo inicial	22.360	16.840
Constituição de provisão	19.647	19.669
Movimentação de baixados para prejuízo	(17.486)	(14.149)
Saldo final	24.521	22.360

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 4.491 (2015 - R\$ 3.270), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 7.626 (2015 - R\$ 8.628).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2016	2015 (Reapresentado)
Adiantamentos e antecipações salariais	153	194
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	2.103	1.592
Devedores por depósitos em garantia	882	293
Impostos e contribuições a compensar	532	1.655
Títulos e créditos a receber	7.757	5.602
Valores honrados	1.105	297
Devedores por convênios	-	8
Operações com cartões	42	72
Pendências a regularizar	79	434
Outros	330	199
Total Circulante	12.983	10.346
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	-	79
Títulos e créditos a receber	1	1
Total realizável a longo prazo	1	80

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móvels, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas. Os valores estão segregados em Circulante e Realizável a Longo Prazo conforme mencionado na Nota 2.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2016	2015
Bens não de uso próprio	438	971
Imóveis	356	561
Veículos e afins	82	396
Bens em regime especial	-	14
Despesas antecipadas	14	22
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	-	(14)
Total Circulante	452	979

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2016	2015
Cooperativa Central Sicredi Sul	8.639	8.142
Sicredi Participações S.A.	7.836	6.421
Outras Participações e Investimentos	4	4
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Outras Ações e Cotas	3	3
Total	16.479	14.567

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015
Número de ações/quotas possuídas	2.540.179 ON	2.081.105 ON	1	1	8.639.105	8.141.775
	5.296.284 PN	4.339.881 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,90%	0,80%	0,63%	0,72%	2,46%	2,38%
Capital social	869.279	804.351	165	138	351.047	342.223
Patrimônio líquido	911.739	859.843	204.709	193.717	361.513	352.655
Lucro líquido do exercício	41.442	62.381	10.965	3.676	-	-
Valor do investimento	7.836	6.421	1	1	8.639	8.142

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2016			2015	
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Imobilizado de Uso	-	19.936	(6.937)	12.999	12.826	
Imobilizações em curso	-	672	-	672	284	
Terrenos	-	7.200	-	7.200	7.200	
Edificações	4%	643	(344)	299	325	
Instalações	10%	5.162	(2.829)	2.333	2.330	
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.082	(1.244)	838	774	
Sistema de comunicação	10%	124	(79)	45	45	
Sistema de processamento de dados	20%	3.351	(2.151)	1.200	1.418	
Sistema de segurança	10%	209	(122)	87	91	
Sistema de transporte	20%	493	(168)	325	359	
Intangível (i)	5% a 15%	7.100	(3.018)	4.082	3.512	
Investimentos Confederação		7.100	(3.018)	4.082	3.512	
Total		27.036	(9.955)	17.081	16.338	

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2016				2015	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total	
Depósitos à vista	61.603	-	-	61.603	58.688	
Depósitos a prazo	12.749	12.939	275.072	300.760	264.350	
Total	74.352	12.939	275.072	362.363	323.038	

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2016	2015
Recursos do Crédito Rural	120.917	105.399
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	120.917	105.399
Total circulante	120.917	105.399
Recursos do Crédito Rural	12.543	6.471
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	12.543	6.471
Total exigível a longo prazo	12.543	6.471

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 9,5% a.a. com vencimentos até 15/07/2021, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2016	2015
Empréstimos no país - outras instituições	5.823	6.737
Cooperativa Central Sicredi Sul	5.823	6.737
Total circulante	5.823	6.737

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,04% a.m. com vencimento em 09/12/2017.

NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Cheques administrativos	1.075	931
Obrigações por convênios oficiais	8	9
Provisão para pagamentos a efetuar	5.313	3.981
Provisão para passivos contingentes (Nota 16)	1.356	1.026
Provisão para coobrigações (i)	2.899	2.646
Pendências a regularizar	44	32
Operações com cartões	7.579	5.342
Demais fornecedores	470	435
Credores diversos	1.548	877
Total circulante	20.292	15.279

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 16 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2016	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2016
Trabalhista	834	335	(61)	1.108
Cível	192	235	(179)	248
Total	1.026	570	(240)	1.356

Natureza	Probabilidade de perda	2016	2015
Trabalhista	Provável	1.108	834
Cível	Provável	248	192
Total		1.356	1.026

Em 31 de dezembro de 2016, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista e Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 1.216 e R\$ 676 (2015 – R\$ 770 e R\$ 809), respectivamente.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2016	2015
Capital Social	79.244	69.112
Total de associados	64.168	62.338

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 10.132 (2015 – R\$ 11.598), sendo R\$ 12.730 (2015 – R\$ 11.965) via integralização de resultados e R\$ 1.953 (2015 – R\$ 2.738), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através de resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 4.551 (2015 – R\$ 3.105).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Zona Sul - Sicredi Zona Sul RS, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 10% em Conta Capital, no montante de R\$ 7.227, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Zona Sul - Sicredi Zona Sul RS, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 45% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	24.654	19.202
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(10.355)	(8.065)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos fiscais	-	-
Provisão resgate milhas cartão	(137)	28
Provisão de PPR	12	12
Receita com atos cooperativos	8.094	5.498
Juros sobre o capital próprio	3.035	2.479
Efeito de alteração da alíquota de CSLL	-	388
Outros	(649)	(340)
Subtotal	10.355	8.065
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	-

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2016	2015
Ativo		
Disponibilidades (Nota 04)	-	4
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	1.971	103
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	30.486	34.386
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	255.168	180.885
Outros Créditos - Rendas a receber	891	1.180
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	2.146	1.723
Investimentos (Nota 10)	16.476	14.564
Intangível (Nota 11)	4.082	3.513
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	133.460	111.870
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	5.823	6.737
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	7.294	5.371
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	6.630	5.858
Ingressos e receitas Prestação de Serviços	6.400	112
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	31.758	22.282
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	9.334	6.773
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	954	803
Outros Dispêndios Despesas Operacionais (Nota 22)	8.282	7.033

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2016	% em relação ao total	2015
Depósitos à vista	177	0,29%	114
Depósitos a prazo	1.073	0,36%	376
Operações de crédito	728	0,22%	304

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nesses dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2016	2015
Pessoas chave da administração	2.956	2.479

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Este item na demonstração de sobras apresenta montante de R\$ 18.021 (2015 - R\$ 15.775), refere-se as seguintes despesas: serviços do sistema financeiro, alugueis, serviços de terceiros (transporte de numerários, vigilância e manutenção), relações públicas e publicidade, além de outras despesas administrativas.

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	1.623	2.590
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	30.359	20.831
Reversão de provisões operacionais	5.907	2.807
Outras rendas operacionais	2.151	4.849
Total	40.040	31.077

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Descontos concedidos em renegociação	1.772	721
Contribuição O.C.E.	93	84
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	269	402
Contribuição Confederação Sicredi	5.777	4.880
Cooperativa Central Sicredi Sul	1.193	1.090
Contribuição Sureg	-	38
Encargos da administração financeira	170	127
Repasse Administradora de Cartões	810	426
Outras provisões operacionais	5.114	1.296
Outras despesas operacionais	3.105	3.457
Total	18.303	12.521

NOTA 23 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Beneficiários de garantias prestadas (i)	79.396	81.683
Total	79.396	81.683

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

O gerenciamento do risco de mercado do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que refletem o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos”.

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2016	2015
O capital qualificado de Nível I pode ser detalhado conforme segue:		
Capital principal - CP	123.530	103.561
Reservas de capital, reavaliação e de lucros	38.681	29.458
Lucros acumulados	7.458	5.866
Ajuste prudencial II - ativos intangíveis a partir de outubro 2013	1.854	875
 Total do capital qualificado	123.530	103.561
Ativos ponderados pelo risco + RBAN	50.086	49.449
Índice sobre o PR considerando a RBAN	26,03%	23,39%
Situação para o limite de imobilização	15.232	15.465
Índice de imobilização (limite 50%)	12,33%	14,93%

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Edson Carlos Marques
Diretor Executivo
CPF: 227.634.570-53

Jair Antonio Giacobbo
Diretor de Operações
CPF: 446.651.560-34

Rossana Kuhn Schwanz
Contadora
CRC: RS-066633/O-2
CPF: 624.526.570-34